



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026/FESPDS/PA**

<b>Promotor: Estado do Pará   Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS/PA</b>	
CNPJ nº. 35.516.470/0001-97	
<b>Objeto:</b> Aquisição de VEÍCULO TIPO PICK UP COM TRAÇÃO 4 X 4, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará – PMPA, oriundo do Termo de Adesão nº 41/2024, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.	
<b>Método de disputa:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Aberto	
<b>Critério de julgamento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço	
<b>Entrega</b>	
<i>Forma</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Prazo</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Local</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<b>Valor Total estimado:</b> R\$ 1.226.132,00 (Hum milhão, duzentos e vinte e seis mil e cento e trinta e dois reais).	
<b>Pagamento</b>	
<i>Forma</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Prazo</i>	
<b>Abertura da sessão pública</b>	
	<p>Data: <b>23/06/2026.</b></p> <p>Hora: <b>10h00min</b></p> <p>Local: <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> (UASG 928154)</p>



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

### CLÁUSULA 1

#### Promotor do pregão

O promotor deste pregão é o **Estado do Pará**, por intermédio do **Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS/PA**, CNPJ nº. 35.516.470/0001-97, com sede na Travessa do Chaco, nº. 2271- Bairro: Marco, Belém/PA, neste ato representada pela Secretária Executiva, **VITÓRIA FRANCÊS NASCIMENTO**, designado pela Portaria nº 048/2026/CGP-GAB/SC de 06 de maio de 2026, publicado no D.O.E Nº 36.523, de 08/05/2026

### CLÁUSULA 2

#### Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, **Decreto Estadual nº 2.940/2023**, Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria nº 045/24 que designa os Agentes de Contratação e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

### CLÁUSULA 3

#### Objeto

**3.1** O objeto desta licitação é Aquisição de **VEÍCULO TIPO PICK UP COM TRAÇÃO 4 X 4**, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará – PMPA, oriundo do Termo de Adesão nº 41/2024, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**3.2** O bem a ser licitado está descrito detalhado no **Anexo I – Termo de Referência**, deste Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VL UNITÁRIO ESTIMADO	VL. TOTAL ESTIMADO
01	Viatura policial caracterizada, conforme especificações do Termo de Referência.	04	R\$ 306.533,00	R\$ 1.226.132,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 1.226.132,00



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

A **li3.3** A licitação observará o seguinte:

- ☒ Item, conforme a tabela do item 3.2 deste edital.

#### **CLÁUSULA 4**

##### **Condições para participar da licitação**

---

**4.1** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2** O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**4.3** É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**4.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

**4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

**4.6** Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto,



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;

**g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;

**h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**4.7** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**4.8** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.9** O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**4.10** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.11** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**4.12** O disposto nas alíneas b e c do item 4.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**4.13** A proibição do item 4.7 também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **CLÁUSULA 5**

### **Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação**

**5.1** A licitação terá as seguintes fases:

- Apresentação da Proposta;
- Lances;
- Documentos de Habilitação;
- Julgamento das Propostas;
- Habilitação

**5.2** Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

**5.3** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

**a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

**c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

**d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**5.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**5.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**5.5** A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**5.6** Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

**5.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**5.8** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**5.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

**a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**5.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**5.12** Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

**5.13** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## CLÁUSULA 6

### Preenchimento da proposta

---

**6.1** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

**a.** valor do item.

**b.** Marca.

**c.** Fabricante.

**d.** Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

**6.2** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**6.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

**6.5** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.6** A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**6.7** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 dias**, a contar da data de sua apresentação.

**6.8** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

**a.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

**b.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **CLÁUSULA 7**

### **Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

**7.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

**7.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**7.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**7.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**7.8** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.9** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor total do item.**

**7.10** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**7.11** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**7.12** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 100,00 (Cem reais).**

**7.13** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.14.** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa		Regras
<input checked="" type="checkbox"/>	Aberto	<p><b>a.</b> No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p><b>b.</b> A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p><b>c.</b> A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p><b>d.</b> Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p><b>e.</b> Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p>



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<b>f.</b> Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.
--	--	--

**7.15** Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente, de valores.

**7.16** Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**7.17** Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

**7.18** No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

**7.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20** Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**7.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**7.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**7.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

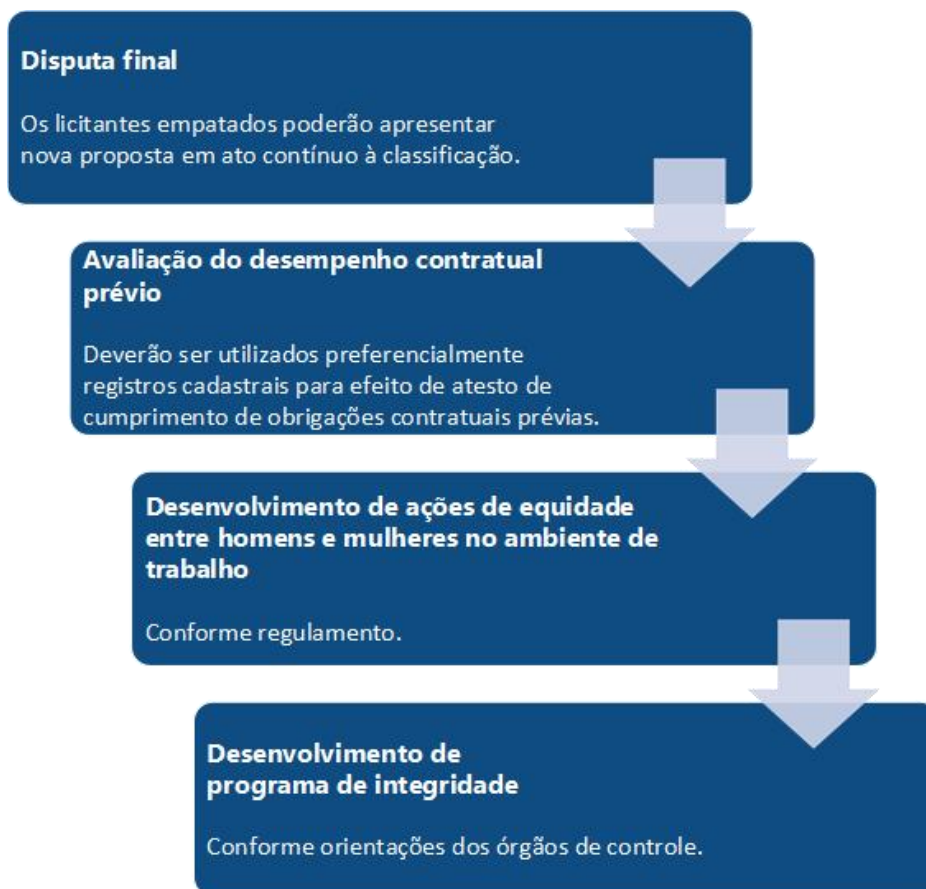


Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**7.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

**7.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

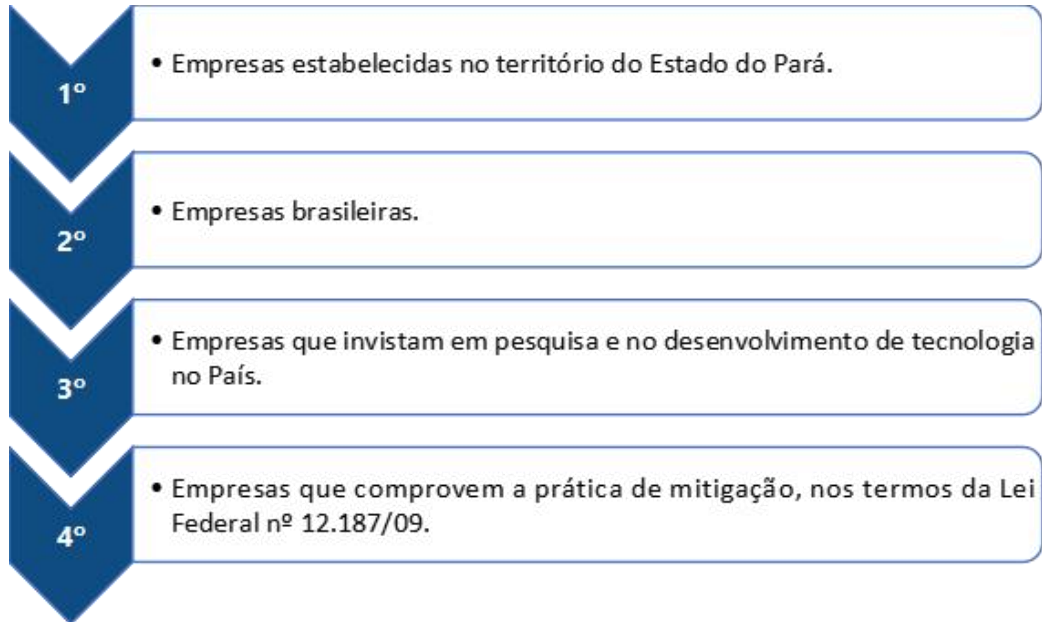
**7.23** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



**7.24** Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



**7.25.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens **7.23** e **7.24**, proceder-se-á o sorteio como critério de desempate no sistema Compras.gov.br, conforme Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024.

**7.26** Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

**7.27** Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**7.28** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**7.29** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.30** O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**7.31** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**7.32** Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA 8**

### **Julgamento das propostas**

---

**8.1** Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a.** SICAF;
- b.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

**8.3** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a.** A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b.** O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c.** Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**8.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**8.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

**8.8** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

**8.9** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**8.10** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

**8.11** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem ou da área especializada no objeto.

**8.12** Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**8.13** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

**8.14** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.15** A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

**a.** Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou

**b.** Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

**8.16** Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

## **CLÁUSULA 9**

### **Habilitação**

---

**9.1** Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

**9.2** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.4** Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.5** Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.6.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**9.7** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

**9.8** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**9.9** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

**9.10** O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

**9.11** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**9.11.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.12** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

**9.13** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

**9.14** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

**9.15** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.16** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.17** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

**9.18** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

**9.19** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

### **Habilitação Jurídica**

**9.20** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.21** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.22** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.23** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.24** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.25** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.26** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**9.27** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.28** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Regularidade fiscal e trabalhista**

**9.29** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.30** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.31** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.32** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.33** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.34** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.35** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá

comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.36** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira.**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**9.37** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**9.38** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**9.39** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

**9.39.1** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**9.39.2** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.39.3** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.39.4** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

**9.40** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**9.41** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

**9.42** Comprovação de Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante prestado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

**9.43** Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Documentos técnicos **conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## **CLÁUSULA 10**

### **Adjudicação e homologação**

---

**10.1** O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**10.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **CLÁUSULA 11**

### **Recursos**

---

**11.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.2** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

**a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e

**b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

**a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou

**b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**11.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**11.10** Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

## CLÁUSULA 12

### Infrações e sanções administrativas

**12.1** Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<b>a.</b> Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;	<b>Multa</b>
<b>b.</b> Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:	0,5% a 15% do valor do contrato licitado. <i>e</i>
<b>1.</b> Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;	<b>Impedimento de licitar e contratar*</b>
<b>2.</b> Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;	
<b>3.</b> Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;	
<b>4.</b> Deixar de apresentar amostra;	
<b>5.</b> Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do	

\* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “*Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*”.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

edital;

c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f. Fraudar a licitação;

g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. Agir em conluio ou contra a lei;

2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Multa**

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**

**12.2** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

**12.3.** As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**12.4** Na aplicação das sanções serão considerados:



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

**12.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**12.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

**12.10** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

**12.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.13** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.14** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**12.15** O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.16** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**12.17** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### CLÁUSULA 13

#### Das Impugnações

---

**13.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**13.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**13.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio de [licitacao.fesp@gmail.com](mailto:licitacao.fesp@gmail.com).

**13.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**13.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

#### **CLÁUSULA 14**

##### **Dos Recursos Orçamentários**

---

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 06.181.1510.8993.10 - Operacionalização das Ações Administrativas

Natureza: 344905278

Fonte: 01759000077 (Recurso Próprio - Ordinário)

02759000077( Recurso Próprio - Superávit)

#### **CLÁUSULA 15**

##### **Do Reajuste dos Preços**

---

Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA 16**

##### **Disposições finais**

---

**16.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**16.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

**16.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**16.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**16.6** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**16.8** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.10** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

**16.11** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

**16.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III - Modelo De Declaração de Sustentabilidade Ambiental

ANEXO IV – Declaração de cumprimento do disposto no § 6º do art. 28º Constituição do Estado do Pará/Emenda Constitucional do Estado do Pará nº. 42/2008.

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Belém, (PA), 27 de maio de 2026.

**VITÓRIA FRANCÊS NASCIMENTO**  
Secretária Executiva do FESPDS - em exercício

VITORIA  
FRANCES  
NASCIMENTO  
O

Assinado digitalmente por VITORIA  
FRANCES NASCIMENTO  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB,  
OU=16936617000139, OU=Presencial,  
OU=Assinatura Tipo A3, OU=  
ADVOGADO, CN=VITORIA FRANCES  
NASCIMENTO  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO I



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
PAE nº 2024/1271594

1. O QUE SERÁ CONTRATADO?						
OBJETO: Aquisição de VEÍCULO TIPO PICK UP COM TRAÇÃO 4 X 4, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará – PMPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total
1	TIPO PICK UP 4X4, CARACTERIZADA  - Especificações mínimas (Anexo I) - Rádio de Comunicação Móvel (Anexo I-A); - Sinalizador Acústico e Visual (Anexo I-B); - Grafismo e Conjunto de Adesivos (Anexo 1-C); - Layout (Anexo II).	192319-6	Und	04	R\$ 309.800,00	R\$ 1.239.200,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO						R\$ 1.239.200,00
JUSTIFICATIVA PELA AUSÊNCIA DE COTA RESERVADA: Com o objetivo de manter a padronização dos veículos e evitar diferenciação na tonalidade dos adesivos, tamanhos, tipos de material, pinturas, acabamentos e outros, optou-se pela organização em um <b>ÚNICO ITEM</b> , de modo a impedir discrepância na apresentação do objeto, que possivelmente aconteceria com a contratação de diversas empresas.						
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO						
2. Qual o motivo da contratação?	<p>Considerando que a Polícia Militar do Estado do Pará, na sua atuação preventiva e repressiva, deve dispor de meios logísticos adequados para a consecução de suas missões institucionais, haja vista suas diversas formas de emprego nas ações de policiamento ostensivo de preservação da ordem pública. Neste sentido, torna-se necessária a adoção de medidas no sentido do reaparelhamento e modernização do patrimônio.</p> <p>Considerando a ação 1 da meta 1 do eixo de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, referente ao Termo de Adesão nº 41/2024, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Estado do Pará, por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, com recurso oriundo do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, o qual prevê a aquisição de veículos leves para emprego operacional de busca e apoio</p>					





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



para aplicação mista urbana e rural, com tração 4x2 ou 4x4.		
Diante disto, torna-se necessária a aquisição dos veículos supracitados, a fim de oferecer melhores condições de trabalho e segurança ao policial militar na execução do policiamento ostensivo e preventivo em áreas com elevada concentração de ocorrências relacionadas à Violência contra a Mulher.		
<b>NATUREZA DO BEM</b>		
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Comum.</b> <input type="checkbox"/> <b>Especial.</b>		
<b>PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM</b>		
3. Haverá prova de qualidade?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.	- Deverá atender aos requisitos técnicos conforme padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).
4. O edital exigirá amostra?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
5. Haverá garantia do bem?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia dos bens, no mínimo, <b>12 (doze)</b> meses, a partir do seu recebimento pela contratante. <input type="checkbox"/> Não.	
Haverá assistência técnica?	<input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica para os bens, durante a vigência do contrato, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meios próprios</i> , sem custo para a administração pública. <input checked="" type="checkbox"/> Não	
<b>CRITÉRIOS DE SELEÇÃO</b>		
Forma de contratação	<input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b> de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação em razão do <b>valor*</b> , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Pregão eletrônico.</b>	



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



<b>Critério de julgamento</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.		
	<input type="checkbox"/> Maior desconto.		
<b>O orçamento estimado é sigiloso?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	<b>Justificativa:</b>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		
<b>Critério para a proposta ser aceita</b>	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.		
<b>Há itens com participação exclusiva para microempresas e empresa de pequeno porte?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	<b>Indicar os itens:</b>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		
<b>REQUISITOS DA CONTRATADA</b>			
<b>Será exigida habilitação técnica?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	Qual?	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	Por quê?	
<b>Qualificações técnicas exigidas</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.	<b>Justificativa:</b> A declaração de ciência das informações tem o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, conforme legislação prevista nos imperativos do Art. 67, VI da Lei nº 14133/2021.	
	<input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.	<b>Justificativa:</b>	
	<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.	<b>Justificativa:</b>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Apresentação de Atestado de Capacidade	<b>Justificativa:</b> A apresentação de atestados de capacidade técnica têm o objetivo de comprovar que	





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



	Técnica	o fornecedor disponha dos meios operacionais necessários para o pleno atendimento das obrigações contratuais, conforme previsto nos imperativos do Art. 67, II da Lei nº 14133/2021.
Há critério de sustentabilidade?	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p><b>Serão utilizados os critérios de sustentabilidade abaixo assinalados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Serão admitidas as ofertas de veículos automotores que atendam aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata;</li> <li>- Serão admitidas as ofertas de veículos automotores que atendam aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes;</li> <li>- Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes;</li> </ul>
Há riscos a serem assumidos pela contratada?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>a) Atraso ou demora na conclusão do processo contratação;</p> <p>b) Valores licitados superiores aos estimados para a contratação da solução;</p>



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



	<p>c) Recebimento de material inadequado; d) Aquisição de objetos com qualidade tecnológica inferior ou diferente da solicitada; e) Termo de Referência mal confeccionado; f) Demora na conclusão do procedimento; g) Quantitativo do bem inferior ao necessário; h) Fracasso total/parcial do certame; i) Não cumprimento dos termos contratuais pelo contratado; j) Falência do fornecedor durante a vigência do contrato; k) Vícios durante o processo licitatório.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.
<b>FORMA DE ENTREGA DO BEM</b>	
Como o bem deve ser entregue?	<p><input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez.</p> <p><input type="checkbox"/> O bem deve ser entregue em X parcelas, sendo a 1ª em até Y dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com Z dias de antecedência.</p>
Local, Prazo e Condições para recebimento do bem	<p>O prazo de entrega do objeto deve seguir aos critérios estabelecidos abaixo:</p> <p><b>Da Contratada:</b></p> <p>a) Da entrega do objeto: o prazo máximo de entrega será de 90 (noventa) dias contados a partir da nota de empenho, podendo ser estendido, com a justificativa que será analisada pelo órgão demandante.</p> <p>b) Da reapresentação do objeto recusado: até 90 (noventa) dias da data de retirada do objeto.</p> <p>c) Da retirada do objeto recusado: até 10 (dez) dias, após a comunicação da contratante.</p> <p>d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.</p> <p><b>Da Contratante:</b></p> <p>a) Do resultado da análise da conformidade e emissão do termo de recebimento e</p>





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



	<p>exame de material (TREM): até 07 (sete) dias úteis após o recebimento dos objetos.</p> <p>b) Da comunicação do TREM à contratada: até 07 (sete) dias úteis após a expedição do relatório técnico.</p> <p>c) Da solicitação de reapresentação do objeto em desconformidade: até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do relatório técnico.</p> <p>d) Da emissão do termo de aceitação: até 07 (sete) dias úteis após a entrega e verificação de que o objeto encontra-se em perfeitas condições de funcionamento e uso.</p> <p>f) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.</p> <p><b>Local de Entrega:</b></p> <p>- A contratada entregará o objeto em parcela única, observando criteriosamente o prazo de entrega definido neste instrumento, conforme estabelecido no local abaixo;</p> <p>- O objeto deverá ser entregue nas instalações do Almoxarifado Central da PMPA (AC), de Seg. a Sex. (exceto feriado), no horário de 09:00 as 16:00, na Av. Brigadeiro Protásio, entre Av. Dr. Freitas e Av. Júlio César s/n. Bairro do Marco, Belém/PA. CEP 66.087-810, fone: (91) 98402-7709.</p>	
<b>PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b>		
<b>Prazo do contrato</b>	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).	
	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.	
<b>Haverá possibilidade de prorrogação?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
<b>Forma de pagamento</b>	<b>Meio</b>	Ordem bancária.
	<b>Onde?</b>	Conta corrente indicada pela contratada.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



	Qual o prazo?	O pagamento será efetuado à Contratada até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação da respectiva Nota Fiscal do fornecimento dos materiais objetos deste Termo de Referência, junto ao qual deverão estar anexadas às Notas Fiscais e às Certidões de regularidade, a fim de que as mesmas possam ser aceitas e atestadas pelo respectivo fiscal do contrato e confecção do Termo de Recebimento do Material.
	Prova da regularidade fiscal	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. ou 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
Qual a garantia do contrato?	<input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.	Justificativa:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.	Justificativa:
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Dados orçamentários da contratação	Programa:	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Ação (Projeto/Atividade):	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Elemento de Despesa:	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Plano Interno:	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Fonte do Recurso:	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	<b>Obs:</b> Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.	

Belém-PA, 01 de outubro de 2025

**ALINE MANGAS DA SILVA –TEN CEL QOPM**  
Respondendo pela Diretoria de Projetos e Convênios



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



## **ANEXO I**

### **VEÍCULO TIPO PICK UP 4 X 4**

#### **ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS:**

- Veículo Tipo PICK UP 4x4, cabine dupla, emplacado em nome da Polícia Militar do Estado do Pará, com todas as despesas de licenciamento custeadas pela CONTRATADA, o veículo deverá ser entregue com no mínimo ¼ de combustível, contendo as seguintes características e especificações mínimas:
- Veículo novo, zero-quilômetro;
- Data de fabricação/modelo não inferior a 2024;
- Capacidade para transportar no mínimo 05 (cinco) pessoas;
- 4 (quatro) portas;
- Bancos frontais reclináveis;
- Jogo de Tapetes de Borracha.
- Motor à diesel com cilindrada mínima de 2.0 e 4 cilindros;
- Torque máximo não inferior 34 kgfm;
- Cilindrada total não inferior a 1.900 cm³;
- Direção hidráulica ou elétrica;
- Potência máxima não inferior 160 cv;
- Transmissão com câmbio manual ou automático;
- Freios ABS;
- Cintos de segurança para todos os passageiros,
- Tração 4x4 selecionável com reduzida;
- Distância mínima entre eixos: 2.800mm;
- Capacidade mínima do tanque de combustível de 60 litros;
- Capacidade mínima da Caçamba: 900 litros;
- Capacidade de carga mínima: 1.000 kg
- Ar-condicionado;
- Cor Rosa;
- Airbags para motorista e passageiro;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



- Possuir Estepe;
- Rodas de liga leve e Pneus com dimensões mínimas: 225/60 R17;
- Bancos com revestimento em couro;
- Vidros, retrovisores e travas elétricas;
- Faróis De Neblina;
- Kit multimídia;
- Lona marítima;
- Desempenho mínimo na cidade (Km/L): 8 km/l;
- Desempenho mínimo na estrada (Km/L): 10 km/l;
- Amortecedores: Hidráulicos e pressurizados;
- Todos os equipamentos exigidos pelo Código Nacional de Trânsito para veículos;
- Demais conformidades com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores;
- Prazo de garantia mínimo de 12 (doze) meses.



**IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



## ANEXO I-A

### RÁDIO DE COMUNICAÇÃO MÓVEL

#### **1. CARACTERÍSTICAS GERAIS:**

1.1 O equipamento deverá ser homologado pela ANATEL, de fácil manuseio e operação, devendo estar configurado para a realização das seguintes funções ou recursos:

1.2 Operação em modo dual, analógico e digital conforme normas do padrão P25 Fase 1 FDMA e P25;

1.3 Fase 2 TDMA, no mesmo rádio, programados por canal sem ônus para a POLÍCIA MILITAR DO PARÁ;

1.4. Deverá operar nos modos, convencional analógico, convencional digital e também em modo troncalizado digital.

1.5. Deverá, quando operando no modo analógico, ser compatível operacionalmente com os transceptores analógicos em uso nas redes de radiocomunicação da SEGUP.

1.6 Deverá atender os parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização definidos na Interface Aérea Comum do padrão aberto do Projeto APCO-25 da Associação de Oficiais de Comunicação de Segurança Pública (APCO – Association of Public Safety Communications Officials) e publicado na norma TSB-102 da TIA/EIA.

1.7 Deverá ser entregue já instalado com software que atenda o padrão P25 Fase 2 e deverá atender os parâmetros de compatibilidade com o padrão P25 Fase 2 TDMA definidos nos seguintes documentos:

1.7.1 Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Physical Layer Protocol Specification Standard (TIA-102.BBAB);

1.7.2 Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Media Access Control Layer Protocol Specification (TIA-102.BBAC-Trunked Voice Services);

1.7.3 Project 25 Phase 2 TDMA Control Channel Updates (TIA-102.AABC-C – Trunking Control Channel Messages);

1.7.4 Project 25 Phase 2 TDMA Encryption Updates (TIA-102. AAAD-A Block Encryption Protocol); Half Rate Vocoder Annex (TIA-102.BABA-1);

1.8 Todas as normas TIA aplicáveis ao P25, ainda que não listadas neste termo de referência, deverão ser atendidas e atualizadas nos transceptores a serem entregues pela CONTRATADA, conforme as especificações do transceptor constantes nesse termo de referência, tanto na Fase 1 quanto na Fase 2 e de acordo com as necessidades dos sistemas digitais da POLÍCIA MILITAR DO PARÁ já instalados.

1.9 O transceptor móvel digital não deverá receber qualquer tipo de interferência de modulação em frequência analógica quando estiver operando no modo digital, programado por canal;

1.10 Deverá permitir programação (via software), para operação em modo convencional e em modo de controle inteligente (troncalizado), na faixa de VHF (148 MHz a 174 MHz),





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



devendo ser compatível com os padrões eletrônicos de sinalização do padrão P25 Fase 1 FDMA e Fase 2 TDMA.

- 1.11 Deverá permitir a realização de "Chamada de Emergência", garantindo ao grupo em emergência prioridade de acesso à rede em caso de canais ocupados;
- 1.12 Deverá ser capaz de responder "Chamada Geral" (Multigrupo);
- 1.13 Deverá receber e realizar "Chamadas Privativas", sendo a conversação limitada às duas unidades de rádio (origem – destinatária), no padrão P25 Fase 1 FDMA e Fase 2 TDMA;
- 1.14 Deverá decodificar "Chamadas de Alerta" indicando no visor a identificação da unidade chamadora;
- 1.15 Quando não estiver vinculada em uma sequência de mensagens, deverá monitorar o Canal de Controle do Sistema que a oriente quanto ao "Status" do Sistema (conceito de sinalização por Canal de Controle Dedicado);
- 1.16 Iniciar uma chamada pelo modo "Aperte para Falar" (PTT), por meio da solicitação de um Canal de Conversação (VOZ), via Canal de Controle;
- 1.17 No caso de sistema ocupado, tentar o re-acesso automático até que o mesmo seja concluído sem que o usuário necessite pressionar o botão de PTT novamente;
- 1.18 Recepção de sinalização, por meio de indicação sonora, que a mesma se encontra em fila de espera "aguardando liberação de canal";
- 1.19 Utilizar o Canal de Comunicação a ser designado pelo Sistema durante a conversação;
- 1.20 Decodificar as instruções transmitidas pelo Canal de Controle ao Endereço de Grupo de Conversação ao qual esteja engajada e direcioná-la ao Canal de Comunicação designado pela Sinalização do Sistema;
- 1.21 Deverá permitir sua desabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, através de Comando (remoto) enviado pelo Controlador Central;
- 1.22 Deverá permitir sua reabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de Comando (remoto) enviado pelo Controlador Central;
- 1.23 Estabelecer comunicação convencional, ponto-a-ponto, dentro ou fora da área de cobertura do sistema em modo analógico e em modo digital;
- 1.24 O transceptor móvel digital deverá ter a capacidade de operação rádio a rádio (ponto a ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e analógico;
- 1.25 Permitir a programação de no mínimo 500 (quinhentos) grupos de conversação (modo de controle inteligente) ou 512 (quinhentos e doze) canais de RF (modo convencional), indicados por mostrador digital alfanumérico no painel frontal do transceptor móvel;
- 1.26 Permitir a programação de grupos e canais dos seguintes tipos: canal convencional analógico VHF, canal convencional digital VHF, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 1 FDMA, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 2 TDMA. O transceptor deverá permitir a programação de pastas (zonas) mistas, ou seja, permitir canais





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



analógicos, canais convencionais digitais, canais troncalizados em uma mesma pasta. Estas pastas deverão permitir ser identificadas por nomes através do display.

1.27 Permitir a visualização dos canais de RF ou grupos de conversação selecionados por meio de visor frontal incorporado ao transceptor;

1.28 Realizar varredura de canais de radiofrequência, monitorando vários canais de uma lista programável de forma a participar de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente dentro de todas as bandas de frequência disponíveis no rádio;

1.29 Possuir receptor de GPS que poderá ser montado em conjunto com o transceptor, ou por meio de conector de acessórios, com no mínimo 12 canais, possibilitando o envio das coordenadas geográficas através da rede de radiocomunicação por pacote P25 modo troncalizado. A funcionalidade do GPS deverá estar habilitada com todas as licenças para o pleno funcionamento, permitindo que a posição do usuário seja informada no display do transceptor do usuário e também enviada seguramente, via interface aérea, para as aplicações de geolocalização da POLÍCIA MILITAR DO PARÁ;

1.30 Possuir hardware de criptografia integrado ao transceptor;

1.31 Permitir o envio e o recebimento de mensagens curtas de texto;

1.32 Permitir a troca das chaves de criptografia, via sistema OTAR por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente, via radiofrequência;

1.33 Possuir no mínimo os seguintes controles:

1.33.1 Chave rotatória ou tecla de seleção do grupo/canal de conversação;

1.33.2 Botão ou teta de controle de volume;

1.33.3 1 (um) botão de emergência;

1.33.4 Botão de ligar e desligar o transceptor;

1.33.5 LED's ou indicadores visuais no display de transmissão e recepção do transceptor;

1.33.6 Possuir visor de LCD com no mínimo 3 linhas, sendo composto minimamente por:

1.33.6.1 1 (uma) linha de ícones indicativos de recursos ativos ou status do rádio;

1.33.6.2 02 (duas) linhas de texto com pelo menos 8 caracteres alfanumérico;

1.34 Os rádios transceptores operando nos modos P25 Fase 1 e Fase 2 já deverão estar homologados pela ANATEL com comprovação no dia da realização do certame licitatório, a fim de que os mesmos possam entrar em operação.

1.35 Para programação, via sistema OTAP, por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente, via radiofrequência;

## 2. RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO DIGITAL

2.1. Além dos recursos previstos no ITEM "Características Gerais", o equipamento deverá possuir a capacidade de operar em modo seguro, com encriptação digital do sinal, mediante inserção de chave e programação eletrônica;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



- 2.2. O equipamento deverá suportar o algoritmo de criptografia "P25 AES", devendo permitir a programação por canal ou grupo de conversação;
- 2.3. Possuir a capacidade de ser reprogramado via OTAR, por meio de ondas radiofrequência, e fisicamente por dispositivo encriptador, a fim de alteração das chaves de criptografia;
- 2.4. Possuir a capacidade de receber no mínimo 32 (trinta e duas) chaves de encriptação AES;
- 2.5. Possuir modulação C4FM e H-CPM;
- 2.6. Possuir vocodificador digital AMBE.

### 3. RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO ANALÓGICO

- 3.1. Abertura do silenciamento do receptor controlada por portadora, subtom analógico e subtom digital, selecionável por meio de programação prévia para cada canal via computador PC silenciamento programável por portadora subtom CTCSS (PL) e DCS (DPL) por canal).
- 3.2. Suportar sinalização analógica MDC-1200 (protocolo atualmente utilizado na SEGUP) com licença habilitada e com no mínimo os seguintes recursos:
- 3.2.1. Identificação da unidade chamadora (ID) – Codificação/decodificação MDC1200;
- 3.2.2. Chamada Seletiva;
- 3.2.3. Modulação em FM.

### 4. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS BÁSICAS

- 4.1. Faixa de frequência: 148 MHz a 174 MHz;
- 4.2. Largura do canal de RF: 12,5 KHz / 25 KHz com programação dentro das faixas de operação acima;
- 4.3. Espaçamento entre canais (TX e RX) de acordo com a norma em vigor;
- 4.4. Alimentação 13,8 VCC e com polaridade negativa no chassi permitindo variação elétrica de  $\pm 15$  a  $\pm 20$  %;
- 4.5. Saída para alto falante externo;
- 4.6. Tecnologia baseada em microprocessador;
- 4.7. Geração e controle de frequência por meio de Sintetizador;
- 4.8. Abertura do silenciamento para cada canal do receptor através de portadora e subtom digital devendo ser selecionável e programável, mediante acesso externo, via computador PC;
- 4.9. A identificação eletrônica do transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais ou complementares ao equipamento;
- 4.10. Proteção contra:
- 4.10.1. Sobreensão de alimentação acima da variação permitida;
- 4.10.2. Inversão de polaridade;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



- 4.10.3. Variação de impedância de RF por descasamento de antena;  
4.10.4. Potência do transmissor acima do limite nominal do modelo; 4.10.5. Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de "tempo esgotado" (TOT Programável).  
4.11. Permitir a programação das frequências de operação, grupos de conversação e recursos operacionais por meio de aplicativo eletrônico (software) de acesso externo via computador tipo PC ou notebook.  
4.12. Temperatura de operação:  $-10^{\circ}\text{C}$  a  $+60^{\circ}\text{C}$ .

#### 5. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO TRANSMISSOR

- 5.1. Faixa de frequência: 148 MHz a 174 MHz;  
5.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 KHz;  
5.3. Separação máxima de frequência: toda a banda de transmissão;  
5.4. Estabilidade de frequência ( $-10^{\circ}\text{C}$  a  $+60^{\circ}\text{C}$ ): VHF:  $\pm 2$  ppm, ou melhor;  
5.5. Desvio de Modulação:  $\pm 5$  KHz (medição em modo analógico de acordo com TIA/EIA 603);  
5.6. Potência de saída de RF, VHF: Programável de 10 Watts ou menos, até 50 Watts;  
5.7. Resposta de áudio: +1, -3 dB (EIA);  
5.8. Distorção de Áudio: menor que 2.5%;  
5.9 Impedância de saída: 50  $\Omega$ .

#### 6. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO RECEPTOR

- 6.1. Faixa de frequência (VHF): 148 MHz a 174 MHz;  
6.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 KHz;  
6.3. Separação Máxima de Frequências: toda a banda de recepção;  
6.4. Estabilidade de frequência ( $-30^{\circ}\text{C}$  to  $+60^{\circ}\text{C}$ ), VHF:  $\pm 2$  ppm, ou melhor;  
6.5. Sensibilidade em modo digital (taxa de erro BER de 5%), VHF:  $\leq 0,35$   $\mu\text{V}$  ou melhor, para ambas as faixas;  
6.6. Sensibilidade em modo analógico (12 dB SINAD), VHF:  $\leq 0,30$   $\mu\text{V}$  ou melhor, para ambas as faixas;  
6.7. Seletividade, VHF: 60 dB ou melhor, para ambas as faixas;  
6.8. Rejeição a espúrios, VHF: 80 dB ou melhor;  
6.9. Rejeição a intermodulação, VHF: melhor que 75 dB;  
6.10. Potência de saída de áudio, mínima de 5 Watts, com até 3% de distorção;  
6.11. Distorção de áudio:  $< 3\%$ ;  
6.12. Impedância de entrada: 50  $\Omega$ .

#### 7. CARACTERÍSTICAS DO GPS

- 7.1. Canais: 12;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



- 4.10.3. Variação de impedância de RF por descasamento de antena;  
4.10.4. Potência do transmissor acima do limite nominal do modelo; 4.10.5. Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de "tempo esgotado" (TOT Programável).  
4.11. Permitir a programação das frequências de operação, grupos de conversação e recursos operacionais por meio de aplicativo eletrônico (software) de acesso externo via computador tipo PC ou notebook.  
4.12. Temperatura de operação:  $-10^{\circ}\text{C}$  a  $+60^{\circ}\text{C}$ .

#### **5. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO TRANSMISSOR**

- 5.1. Faixa de frequência: 148 MHz a 174 MHz;  
5.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 KHz;  
5.3. Separação máxima de frequência: toda a banda de transmissão;  
5.4. Estabilidade de frequência ( $-10^{\circ}\text{C}$  a  $+60^{\circ}\text{C}$ ): VHF:  $\pm 2$  ppm, ou melhor;  
5.5. Desvio de Modulação:  $\pm 5$  KHz (medição em modo analógico de acordo com TIA/EIA 603);  
5.6. Potência de saída de RF, VHF: Programável de 10 Watts ou menos, até 50 Watts;  
5.7. Resposta de áudio: +1, -3 dB (EIA);  
5.8. Distorção de Áudio: menor que 2.5%;  
5.9 Impedância de saída: 50  $\Omega$ .

#### **6. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO RECEPTOR**

- 6.1. Faixa de frequência (VHF): 148 MHz a 174 MHz;  
6.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 KHz;  
6.3. Separação Máxima de Frequências: toda a banda de recepção;  
6.4. Estabilidade de frequência ( $-30^{\circ}\text{C}$  to  $+60^{\circ}\text{C}$ ), VHF:  $\pm 2$  ppm, ou melhor;  
6.5. Sensibilidade em modo digital (taxa de erro BER de 5%), VHF:  $\leq 0,35$   $\mu\text{V}$  ou melhor, para ambas as faixas;  
6.6. Sensibilidade em modo analógico (12 dB SINAD), VHF:  $\leq 0,30$   $\mu\text{V}$  ou melhor, para ambas as faixas;  
6.7. Seletividade, VHF: 60 dB ou melhor, para ambas as faixas;  
6.8. Rejeição a espúrios, VHF: 80 dB ou melhor;  
6.9. Rejeição a intermodulação, VHF: melhor que 75 dB;  
6.10. Potência de saída de áudio, mínima de 5 Watts, com até 3% de distorção;  
6.11. Distorção de áudio:  $< 3\%$ ;  
6.12. Impedância de entrada: 50  $\Omega$ .

#### **7. CARACTERÍSTICAS DO GPS**

- 7.1. Canais: 12;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



- 7.2. Sensibilidade: -150 dBm;
- 7.3 Precisão: < 10 metros (95%);
- 7.4. Arranque a frio: < 60 segundos (95%);
- 7.5. Arranque a quente: < 10 segundos (95%);
- 7.6. Modo de funcionamento: GPS autônomo (não assistido).

#### **8. CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS**

- 8.1. Equipamento rádio transmissor-receptor com GPS montado em conjunto com o transceptor, do tipo frontal com no mínimo, proteção contra poeira e respingos de água de acordo com padrão IP54.
- 8.2. Gabinete à prova de umidade, corrosão, quedas e vibrações mecânicas, atendendo as Normas Militares MIL-STD-810C, D, E, F e G;
- 8.3. Estrutura sem cantos vivos ou cortes de chapa de modo que não ofereçam perigo aos ocupantes do veículo em caso de acidente;
- 8.4. Facilidade de visualização e acesso aos controles do painel;
- 8.5. Boa resposta de áudio do autofalante;
- 8.6. Número de série do transceptor móvel gravado em seu chassi ou em etiqueta do produto afixada em seu chassi e selo da Anatel afixado;
- 8.7. Dissipação Térmica compatível com o calor gerado dentro do regime intermitente da operação na base 20% TX e 80% RX;
- 8.8. Cabeação e acessórios em tamanho e quantidade compatíveis para a instalação nos veículos em uso na POLÍCIA MILITAR DO PARÁ que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

#### **9. COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO TRANSCÉPTOR MÓVEL DIGITAL:**

- 9.1. 01 (um) equipamento rádio (transmissor-receptor) com GPS, com teclado alfanumérico presente no painel frontal ou a ser apresentado em microfone externo;
- 9.2. 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão (PTT), com teclado alfanumérico, cordão espiralado e suporte de fixação, caso o transceptor não possua teclado incorporado no painel frontal. Se o transceptor possuir teclado incorporado no painel frontal, deverá ser fornecido 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão (PTT), cordão espiralado e suporte de fixação;
- 9.3. 01 (uma) antena original do rádio, ou aprovada pelo fabricante mediante comprovação, tipo mono polo vertical, de ¼ (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário de 10 dB, com base magnética mola flexível, acompanhada dos conectores e do respectivo cabo coaxial, varrendo na frequência 147 a 180 mhz;
- 9.4. 01 (uma) antena de GPS com conectores e cabo apropriado com base fixável ao teto do veículo, para instalação no transceptor;
- 9.5. 01 (um) cabo de alimentação CC (Corrente Contínua) completo (com terminais para as conexões, porta fusível e fusível);





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



9.6. Conjunto de suporte de fixação do transceptor ao veículo, acompanhado das presilhas e parafusos de fixação;

9.7. 01 (um) manual de operação impresso em português para cada transceptor;

9.8. No primeiro fornecimento à CONTRATANTE, de transceptor móvel através do Registro de Preços, independentemente da quantidade de transceptores a ser adquirida, a CONTRATADA deverá fornecer gratuitamente:

9.8.1. 03 (três) conjuntos completos de softwares originais do fabricante referentes a analógico, Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado para operar em computador PC ou notebook, com sistema operacional Windows 7 ou superior;

9.8.2. 03 (três) conjuntos de interfaces (cabos de programação – hardwares) originais do fabricante referentes a analógico, Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, dispositivos e cabos necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado;

9.8.3. 04 (quatro) microfones de mão com tecla de transmissão (PTT), com teclado alfanumérico, cordão espiralado, originais do fabricante do rádio;

9.8.4. 03 (três) manuais de manutenção detalhado do transceptor ofertado com todo esquemático para manutenção;

9.8.5. 01 (um) conjunto de ferramentas específicas, original do fabricante do transceptor, para intervenção nos equipamentos (ferramentas necessárias para abrir e fechar o transceptor quando necessária manutenção) e conectores necessários para alinhamento do transceptor ao ser ligado em monitor de serviço;

9.8.6. 01 (um) equipamento encriptador móvel para carregamento das chaves variáveis de criptografia do padrão "APCO 25 - AES", através de processo eletrônico nos terminais de rádio digitais com cabos, software, adaptador e outros itens necessários ao carregamento das chaves de criptografia. O encriptador deverá:

9.8.6.1. Possuir tela colorida sensível ao toque (touchscreen); 9.8.6.2. Possuir teclado físico alfanumérico ou teclado na tela touchscreen;

9.8.6.3. Possuir caneta touch screen;

9.8.6.4. Gerar automaticamente chaves aleatórias para o algoritmo AES;

9.8.6.5. Possibilitar a operação (gestão e download das chaves) enquanto é carregado;

9.8.6.6. Bateria interna de Lítio-Ion de alta capacidade, original do fabricante;

9.8.6.7. Carregador para a bateria interna para o encriptador, bivolt 110/220 Volts CA, do tipo recarga rápida, original do fabricante. O plugue de alimentação do carregador de baterias deverá ser do modelo brasileiro conforme norma NBR 14136 e Resolução nº08 de 31/08/2009 do CONMETRO;

9.8.6.8. Possuir no mínimo proteção IP54 (poeira e jato de água);

9.8.6.9. Deverá ser fornecido 1 (um) cabo de programação para encriptar o terminal de rádio digital. Ser capaz de encriptar os rádios ao mesmo tempo em que estiver carregando sua bateria.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



9.8.6.10. A qualquer tempo que for necessária atualização do dispositivo encriptador, a CONTRATADA deverá fazê-la sem qualquer ônus para a CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA tenha fornecido anteriormente outros modelos de transceptores móveis digitais a CONTRATANTE, o aparelho encriptador deverá ser capaz de encriptar também tais transceptores.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



## **ANEXO I-B**

### **SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL**

#### **1. SINALIZADOR VISUAL PRINCIPAL**

1.1 Sinalizador visual constituído por barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm, altura mínima de 70 mm e máxima de 150 mm.

1.2 Barra dotada de base em ABS, reforçada com perfil de alumínio extrudado e cúpula injetada em policarbonato na cor rubi, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV.

1.3 Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 LED's próprios para iluminação, com potência não inferior 1W cada LED, na cor rubi.

1.4 Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade.

1.5 Conjunto composto por no mínimo 14 módulos distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir visualização em ângulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade, desde que o designe do veículo permita.

1.6 Cada LED deverá obedecer à seguinte especificação:

1.6.1 Cor predominante: vermelho, com comprimento de onda de 618 a 628 nm;

1.6.2 Categoria: AllnGaP;

1.6.3 Intensidade luminosa: não inferior a 55 lm (lumens);

1.6.4 Ângulo de emissão de luz: não inferior a 130°;

#### **2. SINALIZADOR ACÚSTICO**

2.1 Sirene eletrônica para veículos especiais com potência de 100 watts e pressão sonora de 115 dB; frequência de 300 a 3000 Hz; 6 sons de sirene, sendo 4 contínuos (*Wail, Yelp, Hi-Yelp, Hi-Lo*) e 2 intermitentes (*Manual, Horn*); entrada auxiliar para rádio transceptor;

#### **3. MÓDULO CONTROLADOR**

3.1 O sistema deverá permitir o acionamento da sinalização mesmo com o veículo desligado e possuir gerenciamento de carga automático, desligando automaticamente o sistema de sinalização audiovisual, se necessário, evitando assim a descarga total da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor do veículo.

3.2 Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados no painel do veículo, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



3.3 O módulo deve possuir no máximo 22 (vinte e dois), e no mínimo 10 (dez) botões para acionamento das funções descritas, com teclado de alta resistência mecânica e sistema de visualização noturna com LED's posicionados sob os botões do equipamento. Deverá possuir luz de fundo na cor branca para função desativada e na cor vermelha para função ativada.

3.4 A intensidade das luzes deverá ser adequada às operações diurnas e noturnas.

3.5 O controlador deverá possuir no mínimo as seguintes funções:

3.5.1 Controle para três padrões de sinalização visual;

3.5.2 Controle para três tipos de sinalização para deslocamento de trânsito (esquerda, direita e centro);

3.5.3 Acionamento sequencial dos padrões de sirene contínuos através de um único botão;

3.5.4 Acionamento individual momentâneo dos padrões de sirene intermitentes (Manual, Horn);

3.5.5 Função "emergência" para acionamento simultâneo da sinalização visual e acústica através de uma única tecla;

3.5.6 Duas saídas digitais 12V para ligação de equipamentos auxiliares com acionamento através de botões dedicados;

3.5.7 Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla.

3.6 Todas as teclas devem possuir "feedback" tátil para facilitar a operação, além de serem identificadas através de gravação em "silkscreen", com tinta na cor preta adequada para adesão em silicone, e resistente à utilização policial.

3.7 O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LEDs, através de PWM (*pulse width modulator*), a fim de garantir a vida útil dos LEDs e a eficiência luminosa do sinalizador, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação.

3.8 O sistema deverá ser imune a EMI (*electric magnetic interference*) e RFI (*radio frequency interference*) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores.

3.9 O consumo máximo com todo o sistema luminoso acionado, não poderá exceder 7 A/h, na condição de alimentação nominal.

3.10 O consumo em *stand by* do sistema deverá ser inferior a 1 mA.

3.11 O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



## **ANEXO I-C**

### **GRAFISMO E CONJUNTO DE ADESIVOS**

#### **1. GRAFISMO PARA VEÍCULOS**

- 1.1. Os veículos deverão ser entregues na cor rosa e devidamente regularizado junto ao DETRAN/PA;
- 1.2. As Viaturas serão adesivadas de acordo com a identidade visual da PMPA, cujo modelo será disponibilizado pela instituição.
- 1.3. Pequenos ajustes poderão ocorrer na adesivação das viaturas, a critério da CONTRATANTE.

#### **2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS PELÍCULAS REFLETIVAS**

##### **2.1. PELÍCULA (ADESIVO) AZUL REFLETIVA**

- 2.1.1. Película (adesivo) tipo *cast*, autoadesivas, refletiva, cor azul, com coeficiente mínimo de retro refletividade de 4 candelas/lux/m<sup>2</sup>, flexível, com espessura entre 0,16 e 0,20 mm, com acabamento superficial opaco, com adesivo transparente, acrílico e base solvente, com garantia de manutenção de até 50% (cinquenta por cento) da cor e da refletividade por até 05 (cinco) anos, oferecida pelo fabricante após ser aplicada externamente na posição vertical;
- 2.1.2. A película (adesivo) deve resistir a temperaturas não constantes de -40°C (menos quarenta graus celsius) até 82°C (oitenta e dois graus celsius) e apresentar um nível de adesão em pintura automotiva de no mínimo 4,0 lb/pol;

##### **2.2. CONDIÇÕES GERAIS DAS PELÍCULAS REFLETIVAS**

- 2.2.1. Película (adesivo) retro refletiva vinílica tipo *cast*, de alta performance, de alto brilho, com no mínimo de 160 (cento e sessenta) *microns* de espessura, que possua adesivo sensível a pressão Tipo Classe 1 e com *liner* protetor do adesivo, tipo Papel *Staffat* siliconizado e tratado com polietileno de 160 (cento e sessenta) *microns*;
- 2.2.2. O adesivo deverá apresentar um desempenho Fotométrico com Coeficiente de Retro Reflexão Mínimo (RA) expressos em cd/lx/m<sup>2</sup> (candelas/lux/m<sup>2</sup>), conforme Tabela de Coeficiente Mínimo de Retro Reflexão abaixo:

Ângulo de observação (°)	Ângulo de entrada (°)	(RA) cd/lx/m <sup>2</sup>	(RA) cd/lx/m <sup>2</sup>	(RA) cd/lx/m <sup>2</sup>	(RA) cd/lx/m <sup>2</sup>	(RA) cd/lx/m <sup>2</sup>	(RA) cd/lx/m <sup>2</sup>
		branca	amarela	azul	verde	vermelho	preta
0,2	- 4	70	50	4	9	14	4

- 2.2.3. Os quatro pares de coordenadas de cromacidade determinam a cor aceitável de acordo com o CEI 1931;
- 2.2.4. Sistema Colorimétrico Padrão medido como Padrão luminante C;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



2.2.5. Os ensaios de retro refletividade abordam as especificações mínimas de ângulo de observação de 0,2 Graus e ângulo de entrada de -4 Graus.

### **2.3. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS PELÍCULAS NÃO REFLETIVAS**

2.3.1. Película não refletiva Intermediate Cal, com a descrição mínima de alto brilho, filme em PVC, com adesivo Poliacrilato solvente, permanente, para uso em áreas cujas características especiais de composição e propriedade assegurem a estabilidade otimizada e resistência à degradação UV a médio prazo em aplicações externas. A técnica de impressão das cores e brilho não metálicos deve ser compatível com a transferência térmica;

2.3.2. A espessura do adesivo sem o papel protetor mínima de 2,5 mm;

2.3.3. O adesivo deverá ter estabilidade dimensional (FINAT TM- 14) aderido ao aço, não tendo diminuição no sentido transversal, de comprimento < 016 e resistência à temperatura que adere a alumínio, -4,4° C a +80° C sem variação. Poder adesivo após 24 horas de instalação em aço inoxidável médio de 4,1 lb / in - FINAT TM-1;

2.3.4. A durabilidade do adesivo ao ar livre com base na exposição de superfície vertical deverá ser de, no mínimo, 4 anos;

2.3.5. ISO 527) min. 150% e à ruptura junto (DIN EN ISO 527) min. 130%;

2.3.6. O adesivo deverá possuir resistência mínima à tração em frente (DIN EN ISO 527) min. 19 Mpa; à solventes e produtos químicos após 72 horas; adere a alumínio em temperatura ambiente; resistente à maioria dos óleos e graxas, solventes alifáticos, ácidos fracos, sais e álcalis. Temperatura mínima de aplicação do adesivo deve ser de 7,78 C;

2.3.7. O adesivo deverá ter acabamento de superfície de alto brilho, matte (preto e branco apenas);

2.3.8. São as seguintes cores e códigos dos adesivos, a serem utilizados: Azul 067, Branco 000 e Vermelho 031;

2.3.9. O adesivo preto fosco jateado deverá ser no mínimo da linha ALKO ALLTAK, com as seguintes características;

2.3.9.1. Acrílico Permanente KT 72/1200 21 g/m2 (+/- 2 g/m2). 2.3.9.2. Liner: papel couchê com 130 g/m2;

2.3.9.3. Estabilidade Dimensional: 48 hs a 70°C;

2.3.9.4. Ligado ao alumínio (encolhimento) 0,127%;

2.3.9.5. Temperatura para aplicação: mínima (+ 22° a 28°C) e para uso final (-20° a +90°C);

2.3.9.6. Durabilidade de 7 anos para uso externo. Essa durabilidade pode se estender ou diminuir em virtude das técnicas de aplicação, conservação e materiais associados ao vinil na idealização do trabalho e condições climáticas.

### **3. PRESCRIÇÕES DIVERSAS:**

3.1. A garantia das Películas Refletivas e não Refletivas será de 5 (cinco) anos no mínimo, bem como o respectivo serviço;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



- 3.2. A CONTRATADA deverá fornecer um documento com as características exigidas acima bem como o Certificado de Conformidade, juntamente com NF, para todos os itens de produtos utilizados na adesivação das viaturas, certificado este que será fornecido pela própria CONTRATADA, considerando que esta terá condições de solicitar do distribuidor do adesivo, e será a garantia do fabricante que o produto é de qualidade;
- 3.3. O local de realização dos serviços de transformação e adesivação, será na transformadora da CONTRATADA e quando da entrega da viatura a PMPA;
- 3.4. O recebimento será feito na totalidade, após conferidas individualmente cada viatura;
- 3.5. Serão considerados defeitos críticos todas as ocorrências e/ou irregularidades que possam, de forma direta ou indireta, alterar as características normais da adesivação das viaturas no padrão da PMPA;
- 3.6. A ocorrência de defeito crítico nos serviços implicará na correção ou na adesivação das viaturas novamente;
- 3.7. A existência de rugas, bolhas, diferenças de tonalidades ou incorreções nos grafismos aplicados implicará em defeito a ser corrigido pela CONTRATADA;
- 3.8. As viaturas que não satisfizerem os requisitos especificados nesta norma deverão ser rejeitadas;
- 3.9. O layout (grafismo) das viaturas é o constante do ANEXO II deste documento.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



## ANEXO II – LAYOUT







Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## ANEXO II



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 34/2024 PAE nº 2024/1271594

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE					
Qual a necessidade a ser atendida?	Garantir o reaparelhamento e modernização do patrimônio como um todo, visando oferecer melhores condições pessoais de trabalho ao policial militar, dispondo de meios logísticos adequados para a consecução de suas missões institucionais, haja vista suas diversas formas de emprego nas diversas ações de policiamento para preservação da ordem pública. Tomando-se necessária a aquisição de veículos leves para emprego operacional de busca e apoio para aplicação mista urbana e rural, com tração 4x2 ou 4x4, a fim de otimizarem a execução do policiamento ostensivo e preventivo em áreas com elevada concentração de ocorrências relacionadas à Violência contra a Mulher.				
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO					
Qual o tipo de objeto?	<input checked="" type="checkbox"/> Bem. <input type="checkbox"/> Serviço.				
Qual a natureza?	<input type="checkbox"/> Continuada. <input type="checkbox"/> Com monopólio. <input type="checkbox"/> Sem monopólio. <input checked="" type="checkbox"/> Não continuada.				
Qual a vigência?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado. <input type="checkbox"/> Outro: <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.				
Poderá haver prorrogação?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.				
Há transição com contrato anterior?	<input type="checkbox"/> Sim. Contrato nº: nnnn/aaaa. Prazo final: dd/mm/aaaa. <input checked="" type="checkbox"/> Não.				
Padrão mínimo de qualidade	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Descrição detalhada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>O Padrão de qualidade a ser observado nos veículos que serão</td> </tr> </tbody> </table>	Item	Descrição detalhada	1	O Padrão de qualidade a ser observado nos veículos que serão
Item	Descrição detalhada				
1	O Padrão de qualidade a ser observado nos veículos que serão				



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



		<p>adquiridos por esta Polícia Militar, podem ser mensurados através dos aspectos tangíveis e intangíveis, bem como das especificações desse objeto. Nesse sentido, pode-se citar como elementos importantes:</p> <p>1 – Desempenho dos veículos;  2 – Segurança;  3 – Durabilidade e resistência;  4 – Sustentabilidade;  5 – Tecnologia;  6 – Conforto.</p>
<p><b>Há critérios de sustentabilidade?</b></p>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p><b>Serão utilizados os critérios de sustentabilidade abaixo assinalados:</b></p> <p>- Serão admitidas as ofertas de veículos automotores que atendam aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata;</p> <p>- Serão admitidas as ofertas de veículos automotores que atendam aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes;</p> <p>- Os veículos automotores deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes;</p>
	<input type="checkbox"/> Não.	
<p><b>Há necessidade de treinamento?</b></p>	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
<p align="center"><b>LEVANTAMENTO DE MERCADO</b></p>		
<p><b>Onde foram pesquisadas as</b></p>	<input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores.	<input type="checkbox"/> Contratações similares.
	<input type="checkbox"/> Internet.	<input type="checkbox"/> Audiência pública.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



<b>possíveis soluções?</b>	<input type="checkbox"/> Outro.	<b>Especificar: (Indicar o meio).</b>
<b>Justificativa técnica e econômica para a escolha da melhor solução</b>		<p>Como regra, a licitação e os contratos administrativos têm por objetivo a obtenção da solução contratual mais vantajosa para a Administração Pública, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas de mercado.</p> <p>Pelo exposto, diante da necessidade apresentada, foram verificadas as seguintes soluções:</p> <p><b>Solução 1</b> – Contratação de empresa especializada no serviço de locação dos veículos.</p> <p><b>Solução 2</b> – Realizar a aquisição dos veículos por meio de intenção de registro de preços junto a outro órgão do Estado, na condição de participante.</p> <p><b>Solução 3</b> – Realizar licitação convencional para AQUISIÇÃO dos veículos.</p> <p><b>Da análise:</b></p> <p><b>Solução 1</b> – Para atendimento ao preliminarmente previsto nos imperativos evidenciados na ação 1 da meta 1 do eixo de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, referente ao Termo de Adesão nº 41/2024, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Estado do Pará, por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, com recurso oriundo do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, na natureza de investimento, o qual prevê a aquisição de veículos leves para emprego operacional de busca e apoio para aplicação mista urbana e rural, com tração 4x2 ou 4x4.</p> <p><b>Solução 2</b> – Não foi localizado, no Estado, Pregões Eletrônicos em andamento que possibilitem a Intenção de Registro de Preços junto a outro órgão.</p> <p><b>Solução 3</b> – Finalmente, considerando preliminarmente previsto nos imperativos evidenciados na ação 1 da meta 1 do eixo de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, referente ao Termo de Adesão nº 41/2024, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Estado do Pará, por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, com recurso oriundo do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, na natureza de investimento, o qual prevê a aquisição de veículos leves para emprego operacional de busca e apoio para aplicação mista urbana e rural, com tração 4x2 ou 4x4.</p>



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
**DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS**



	Solução que já foi devidamente discutida entre os órgãos partícipes, os quais em comum acordo optaram pela aquisição.	
Há restrição de fornecedores?	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO		
O que será contratado?	Empresa especializada no fornecimento de veículo tipo pick up com tração 4 x 4.	
Qual o prazo da garantia contratual?	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.	
	<input type="checkbox"/> 90 dias.	
	<input type="checkbox"/> 12 meses.	
	<input type="checkbox"/> Outro:	<input type="checkbox"/> dias.
		<input type="checkbox"/> meses.
<input type="checkbox"/> anos.		
Há necessidade de assistência técnica?	<input type="checkbox"/> Sim.	Justificativa:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
Há necessidade de manutenção?	<input type="checkbox"/> Sim.	Descrever solução:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO		
Como se obteve o quantitativo estimado?	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores.	<input type="checkbox"/> Análise de contratações similares.
	<input checked="" type="checkbox"/> Outro.	O quantitativo foi previamente estabelecido na ação 1 da meta 1 do eixo de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, referente ao Termo de Adesão nº 41/2024, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Estado do Pará, por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, com recurso oriundo do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, o qual prevê a aquisição de 05 (cinco) veículos leves para emprego operacional de busca e apoio para aplicação mista urbana e rural, com tração 4x2 ou 4x4. Entretanto conforme informação fornecida pelo FESPDS (Anexo Seq. 55) houve a necessidade de redução do quantitativo previsto para 04 (quatro) unidades, a fim de viabilizar a aquisição com o recurso disponível.
Descrição do quantitativo?	Conforme abaixo detalhado.	





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



Item	Descrição	Und	Qtd
1	<b>VEÍCULO TIPO PICK UP COM TRAÇÃO 4 X 4.</b> - Especificações mínimas (Anexo I) - Rádio de Comunicação Móvel (Anexo I-A); - Sinalizador Acústico e Visual (Anexo I-B); - Grafismo e Conjunto de Adesivos (Anexo 1-C); - Layout (Anexo II).	Und	04

**ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Meios usados na pesquisa	<input type="checkbox"/> Pannel de preços.	<input type="checkbox"/> Contratações similares.
	<input type="checkbox"/> Simas.	<input checked="" type="checkbox"/> Fomecedores.
	<input type="checkbox"/> Internet.	<input type="checkbox"/> Outro. Especificar: (Indicar o meio).

Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
1	<b>VEÍCULO TIPO PICK UP COM TRAÇÃO 4 X 4.</b> - Especificações mínimas (Anexo I) - Rádio de Comunicação Móvel (Anexo I-A); - Sinalizador Acústico e Visual (Anexo I-B); - Grafismo e Conjunto de Adesivos (Anexo 1-C); - Layout (Anexo II).	R\$ 309.800,00	04	R\$ 1.239.200,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 1.239.200,00</b>

**JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

A solução será dividida em itens?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	
	<input type="checkbox"/> Não.	Por quê?
		<input type="checkbox"/> Objeto indivisível. <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade.
	<input type="checkbox"/> Perda de escala.	<input type="checkbox"/> Economicamente inviável.
	<input type="checkbox"/> Outro. Especificar:	

**CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

Há contratações correlatas ou interdependentes?	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	

**ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO**

Há previsão	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar item do PCA: nn.
-------------	-------------------------------	------------------------------





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



no plano de contratações anual da PMPA?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	<b>Justificativa/Providências:</b> A aquisição em comento não está previsto no PCA 2024, no entanto, sua importância é indispensável para proporcionar maior segurança no desenvolvimento da atividade policial. Destaca-se que o comando da instituição fora informado da necessidade para inclusão da demanda nos planos de contratações futuras.
<b>RESULTADOS PRETENDIDOS</b>		
Quais os benefícios pretendidos na contratação?	<input type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo	<input type="checkbox"/> Redução de Custos
	<input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho	<input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos
	<input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo	<input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência
	<input type="checkbox"/> Outro.	<input checked="" type="checkbox"/> Realização de Política Pública
<b>PROVIDÊNCIAS PENDENTES</b>		
Há providências pendentes para o sucesso da contratação?	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
<b>IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO</b>		
Há previsão de impacto ambiental na contratação?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<b>POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:</b> - Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): O principal impacto ambiental associado à aquisição de um veículo é a emissão de gases de efeito estufa durante sua operação. Se o veículo for movido por combustíveis fósseis, como gasolina ou diesel, a queima desses combustíveis liberará dióxido de carbono (CO2) e outros GEE na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas. - Poluição do Ar: Além das emissões de GEE, o uso de veículos movidos a combustíveis fósseis também pode resultar em outros poluentes do ar, como óxidos de nitrogênio (NOx) e partículas finas. Esses poluentes contribuem para a poluição do ar e podem afetar a qualidade do ar nas áreas urbanas. - Descarte de Resíduos: Durante a vida útil do veículo, haverá a geração de resíduos associados à manutenção e substituição de peças. O descarte inadequado desses resíduos pode levar a problemas ambientais, como a contaminação do solo e da água. - Consumo de Recursos Naturais: A fabricação do veículo requer o uso de recursos naturais, como minerais e metais, que



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS



	<p>podem ser extraídos de forma não sustentável. O aumento da demanda por veículos pode levar a um maior consumo desses recursos, afetando ecossistemas e habitats naturais.</p> <p>- Congestionamento e Urbanização: A aquisição de mais veículos pode contribuir para o congestionamento do trânsito em áreas urbanas. O aumento do tráfego pode levar a um maior consumo de combustíveis e atrasos nos deslocamentos, afetando a qualidade de vida das comunidades.</p>
	<p><b>MITIGAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:</b></p> <p>Para mitigar os impactos ambientais associados à aquisição do veículo, pode-se adotar diversas medidas, tais como:</p> <p>- Manutenção Adequada: Realizar manutenções regulares e adequadas no veículo pode melhorar sua eficiência e prolongar sua vida útil, reduzindo a necessidade de substituição prematura.</p> <p>- Descarte Responsável: Garantir o descarte responsável de resíduos e peças do veículo, seguindo as regulamentações ambientais, é essencial para evitar a contaminação ambiental.</p> <p>- Educação e Conscientização: Promover a conscientização entre os motoristas e usuários do veículo sobre práticas sustentáveis de condução e utilização pode incentivar a adoção de comportamentos mais eco eficientes.</p> <p>- Ao considerar e tomar medidas para mitigar os possíveis impactos ambientais da aquisição do veículo, a Polícia Militar do Estado do Pará demonstra seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental, contribuindo para um futuro mais saudável e ambientalmente equilibrado.</p>
<input type="checkbox"/> Não.	
<b>CONCLUSÃO</b>	
<b>A contratação possui viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.
	<input type="checkbox"/> Não.

Belém-PA, 13 de março de 2024



**ALFEU BULHÕES LEITE – CEL QOPM**  
Diretor de Projetos e Convênios da PMPA





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores,

Declaramos ter total conhecimento do edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 90004/2026 – FESPDS/PA, estando de pleno acordo com as condições estabelecidas no mesmo, com o qual concordamos integralmente.

Apresentamos nossa Proposta de Preços para Aquisição de VEÍCULO TIPO PICK UP COM TRAÇÃO 4 X 4, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará – PMPA, oriundo do Termo de Adesão nº 41/2024, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VL UNITÁRIO	VL. TOTAL
01	Viatura policial caracterizada, conforme especificações do Termo de Referência.	04	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx
VALOR TOTAL				R\$ xxxxxx

#### **Garantia, conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

No campo descrição da tabela acima deverá constar: Especificação e descrição detalhada do objeto a ser adquirido, inclusive **MARCA**.

- 1 - Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias;
- 2 - A execução do serviço ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2026-FESPDS/PA;
- 3 - Estão Inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, insumos, serviços e encargos sociais.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

### **MODELO PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS**

**CNPJ / CPF:**

**Razão social / nome:**

**Endereço com./res:**

**Município:**

**UF:**

**Inscrição municipal:**

**Inscrição estadual:**

**Conta corrente nº Cód. Do Banco:**

**Sigla:**

**Nome/Número da agência:**

**Contatos:**

**E-mail:**

**Nome do representante que assinará o contrato:**

**Cargo que ocupa**

**Estado civil:**

**Identidade nº:**

**Cpf nº:**

**Nacionalidade:**

**Profissão:**

**Endereço residencial:**

**Contatos:**

**E-mail:**

Local e Data

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**  
**Identificação e qualificação do subscritor**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

### **ANEXO III**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xx, bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxx-xxx, em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data \_\_\_\_\_

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**  
**Identificação e qualificação do subscritor**



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA  
EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N.º 42/2008**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ nº  
\_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_,  
declara, sob as penas da Lei, que:

( ) Possui no quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência;

( ) Possui em seu quadro menos de 20 (vinte) funcionários.

Cidade - UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome e número da identidade do declarante)

**Obs.:** Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(s).





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## ANEXO V

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026-SEGUP/FESPDS/PA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, ATRAVÉS DO **FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/FESPDS**, E A EMPRESA **XXXXXXXXXX**, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, através do **FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/FESPDS**, com sede na Avenida Almirante Barroso, 735, CEP. 66.093.031, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 35.516.470/0001-97, neste ato representado pelo Secretário Executivo, **Sr. FRANCISCO GILVAN LOPES DA NOBREGA JÚNIOR**, MF nº 5673836-1, nomeado pela Portaria nº 940/2025-CCG/PA, de 10 de Abril de 2025 (DOE nº 36.195 de 11 de Abril de 2025), doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXX-XXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), cargo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 2024/1271594** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 - FESPDS/SEGUP/PA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O presente Contrato tem como objetivo a aquisição de veículo tipo pick up com tração 4x4, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará (PMPA), conforme especificações do



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Termo de Referência – Anexo I do Edital, com recursos provenientes do Plano de Aplicação, oriundo do Termo de Adesão nº 41/2024.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.2.1.** O Termo de Referência;

**1.2.2.** O Edital da Licitação;

**1.2.3.** A Proposta da Contratada;

**1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

**2.1.** Este contrato decorre do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 - FESPDS/SEGUP/PA**, referente ao **Processo Eletrônico nº 2024/1271594**, possuindo fundamentação nas disposições contidas na seguinte legislação: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), subsidiariamente a Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a Portaria nº 046/2025-SEGUP/PA de 22 de Abril de 2025 (DOE nº 36.206 de 23 de Abril de 2025), aos quais CONTRATANTE e CONTRATADA estão sujeitas;

**2.2.** De acordo com a **Portaria nº 042/2025-GAB.SEC/SEGUP, de 15 de Abril de 2025 (DOE nº 36.202 de 17 de Abril de 2025)**, o Secretário Executivo do FESPDS, têm competência para assinar este Contrato e seus documentos decorrentes em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública, como Ordenador de Despesas.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**3.1.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21;

**3.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111, da Lei nº 14.133/21;

**3.3.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DESCRIÇÃO

4.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX)**, no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA; Descrição do objeto conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VL UNIT	VL GLOBAL
01	<b>VIATURA POLICIAL CARACTERIZADA,</b> conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	04	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX (XXXXXXXX)

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

##### 5.1. DO LOCAL DE ENTREGA:

5.1.1. O objeto deverá ser entregue nas instalações do Almoxarifado Central da Polícia Militar do Estado do Pará (AC), de segunda à sexta-feira (exceto feriados), no horário de 09h às 16h, na Av. Brigadeiro Protásio, entre Av. Dr. Freitas e Av. Júlio César, S/N, Bairro do Marco, Belém/PA. CEP 66087-810, telefone: (91) 98402-7709.

##### 5.2. DO PRAZO DE ENTREGA:

5.2.1. O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, observando o prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da emissão da nota de empenho, podendo ser estendido, com a justificativa que será analisada pela Contratante;

5.2.2. Além do prazo de entrega do objeto a Contratada deverá também seguir aos critérios e prazos estabelecidos abaixo:

5.2.2.1. Da reapresentação do objeto recusado: até **90 (noventa) dias corridos** da data de retirada do objeto;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**5.2.2.2.** Da retirada do objeto recusado: até **10 (dez) dias corridos**, após a comunicação da Contratante.

**5.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

**5.3.1.** O recebimento será feito na totalidade, após conferidas individualmente cada viatura, devidamente adesivada, conforme Anexo II - do Termo de Referência;

**5.3.2.** A ocorrência de defeito crítico nos serviços implicará na correção ou na adesivação das viaturas novamente;

**5.3.2.1.** Serão considerados defeitos críticos todas as ocorrências e/ou irregularidades que possam, de forma direta ou indireta, alterar as características normais da adesivação das viaturas no padrão da PMPA;

**5.3.3.** A existência de rugas, bolhas, diferenças de tonalidades ou incorreções nos grafismos aplicados implicará em defeito a ser corrigido pela CONTRATADA;

**5.3.4.** O local de realização dos serviços de transformação e adesivação, será na transformadora da Contratada e quando da entrega, no endereço indicado no item 5.1.1;

**5.3.5.** Caberá a Contratante em **até 07 (sete) dias úteis** após o recebimento do objeto, realizar análise da conformidade e emissão do Termo de Recebimento e Exame de Material (TREM);

**5.3.6.** A Contratante terá **até 07 (sete) dias úteis**, após a expedição do relatório técnico, para realizar a comunicação do TREM à Contratada;

**5.3.7.** Ocorrendo o recebimento do relatório técnico a Contratante terá **até 5 (cinco) dias úteis** para solicitar reapresentação do objeto em desconformidade;

**5.3.8.** Após a constatação de que o objeto entregue se encontram em perfeitas condições de funcionamento e uso a Contratante fará a emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO em **até 7 (sete) dias úteis**;

**5.3.9.** Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, devendo ser substituído no prazo fixado no presente instrumento, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**5.3.10.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## **CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA DO BEM**

### **6.1. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**6.1.1.** A Contratada prestará assistência técnica para os bens, durante a vigência do contrato, a partir do seu recebimento pela Contratante, por meios próprios, sem custo para a administração pública.

### **6.2. DA GARANTIA DO BEM:**

**6.2.1.** A Contratada deverá prestar garantia dos bens por, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir do seu recebimento pela Contratante;

**6.2.2.** A garantia das películas refletivas e não refletivas será de 5 (cinco) anos, no mínimo, bem como o respectivo serviço;

**6.2.2.1.** A Contratada deverá fornecer um documento com as características exigidas acima, bem como o Certificado de Conformidade, juntamente com a Nota Fiscal, para todos os itens de produtos utilizados na adesivação das viaturas, certificado este que será fornecido pela própria Contratada, considerando que esta terá condições de solicitar do distribuidor do adesivo, e será a garantia do fabricante que o produto é de qualidade.

## **CLÁUSULA SETIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**7.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

**9.1.** O pagamento será efetuado à Contratada por meio de ordem bancária até o **30º (trigésimo)** dia, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal do fornecimento dos materiais objetos deste instrumento contratual, a qual deverá acompanhar as Certidões de regularidade Municipal, Estadual e Federal, a fim de que as mesmas possam ser aceitas e atestadas pelo respectivo fiscal do contrato e realizada a confecção do Termo de Recebimento do Material;

**9.2.** O pagamento acima referenciado será creditado em conta corrente em favor do fornecedor, através de ordem Bancária, em conta aberta, preferencialmente, no **Banco do Estado do Pará - BANPARÁ**, deixando bem claro pela CONTRATADA os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

**9.3.** Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela CONTRATANTE:

- a) Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

**9.4.** A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis;

**9.5.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

**9.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 9.7.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;
- 9.8.** Concomitante à notificação à CONTRATADA, para que realize a regularização, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso da CND, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, e à Receita Federal, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- 9.9.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á, a contar da respectiva reapresentação;
- 9.10.** Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante;
- 9.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;
- 9.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212/93, quando couber.
- 9.13.** Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado os prazos dispostos neste Contrato;
- 9.14.** Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à Contratante, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da Contratada os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;
- 9.15.** Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;
- 9.16.** A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a Contratada utilizou neste Contrato;
- 9.17.** A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;
- 9.18.** Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**9.19.** A qualquer tempo o órgão Contratante poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação.

**9.20.** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a(s) empresa(s) vencedora(s) não tenha(m) concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplimento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644 \quad -$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**9.21.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

**10.1.** Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de **12 (doze) meses** e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato;

**10.2.** Será admitido o requerimento de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, cabendo a CONTRATANTE decidir a respeito no prazo de um mês, passível de prorrogação motivada por igual período, consoante teor do art. 123, p. único, da Lei Federal nº 14.133/21.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**11.1.** Sem que a isto limite seus direitos, terá o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESPDS as seguintes obrigações:

- 11.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.1.2.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.1.4.** Designar comissão ou servidor para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste instrumento contratual, a serem recebidos;
- 11.1.5.** Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da Contratada;
- 11.1.6.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;
- 11.1.7.** Efetuar o pagamento no prazo e forma pactuada no contrato, após a entrega dos bens e emissão dos termos de recebimentos emitidos pela Comissão da Contratante;
- 11.1.8.** Proporcionar todas as facilidades, para que a Contratada possa cumprir suas obrigações, dentro das condições estabelecidas neste instrumento contratual;
- 11.1.9.** Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado;
- 11.1.10.** Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 11.1.11.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroverso da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme dispõe o art. 143 da Lei nº 14.133/21;
- 11.1.12.** Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**11.1.13.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do pretendido ajuste;

**11.1.14.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**12.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

**12.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**12.1.3.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**12.1.4.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

**12.1.5.** Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega dos materiais, inclusive, quando realizada por transportadoras;

**12.1.6.** Acatar as exigências, decisões e observações feitas pela Contratante, relativamente ao fornecimento dos bens, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, nos limites do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**12.1.7.** Executar fielmente o fornecimento, entregando o objeto contratado nas condições, prazos e quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência e proposta comercial, sem ônus adicionais para a Contratante;

**12.1.8.** Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à capacidade técnica, operativa e à regularidade fiscal, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação destas condições;

**12.1.9.** Orientar seus funcionários a manterem sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tome conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Contratante, durante e após a entrega dos bens, e que o descumprimento sujeitará o infrator à aplicação das sanções civis e penais cabíveis;

**12.1.10.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados a prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

**12.1.11.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

**12.1.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**12.1.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto contratual, exceto quando ocorrer algum dos casos previstos no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21;

**12.1.14.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/21);

**12.1.15.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/21).

**12.1.16.** A Contratada compromete-se ainda a entregar os veículos novos, zero-quilômetro, com no mínimo  $\frac{1}{4}$  de combustível, emplacados em nome da Contratante, com todas as despesas de licenciamento custeadas pela CONTRATADA, contendo as características e especificações mínimas constantes no Termo de Referência e seus anexos.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**13.1.** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

b) **Multa:**

**b.1)** moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

**b.2)** compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**c) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);

**d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

**14.3.** Sanção prevista no item 14.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21;

**14.4.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

**14.5.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21);

**14.6.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21);

**14.7.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21);

**14.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará;

**14.9.** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21;

**14.10.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21);

**14.11.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, em prazo estipulado pela Administração Pública, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**14.12.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.13.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.14.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

**14.15.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

**14.16.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

**14.17.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**14.18.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

**15.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

**15.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**15.3.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

**15.3.1.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da Contratada pela Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

**15.3.2.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**15.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**15.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.5.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

**15.5.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**15.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**15.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**15.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**15.6.3.** Indenizações e multas.

**15.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/21).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** Todas as despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do **Termo de Adesão nº 41/2024**, com recurso do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS, representados pela seguinte dotação orçamentária:

**Previsão Orçamentária:** Investimento

**Unidade Orçamentária:** 21106

**Programa de Trabalho:** 06.181.1510.8993.10

**Fonte de Recurso:** 01759000077 (Recurso Próprio - Ordinário)

02759000077(Recurso Próprio - Superávit) **Conta**  
**do Recurso:** AG. 1674- 8 - CONTA 13.421-X

**Natureza de Despesa:** 344905278

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

**17.1.** A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP/FESPDS conforme **Parecer Jurídico Nº XXX/2026-CONJUR**, consoante com o art. 53, da Lei n.º 14.133/2021.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**18.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

**18.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021;

**18.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**18.4.** A Contratada será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

**18.5.** A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

**18.6.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na legislação;

**18.7.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela(s) contratada(s) ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;

**18.8.** A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os materiais fornecidos não estiverem de acordo com a descrição apresentada e aceita.



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

**19.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES**

**20.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21;

**20.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

**20.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**21.1.** O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará e Diário Oficial da União, no prazo máximo de **10 (dez)** dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o Art. 28, § 5º, da Constituição Estadual.

**21.2.** Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1.** E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em **02 (duas) vias**, pelos representantes e testemunhas a seguir.





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social  
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

**23.1.** É competente o Foro da Justiça Estadual, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém/PA, XX de XXXXX de 2026.

**FRANCISCO GILVAN LOPES DA NOBREGA JÚNIOR**  
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - FESPDS  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CONTRATADA**

### **TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

CPF:

2. \_\_\_\_\_

CPF: